

# Novo CPC

## O que mudou?

aula 15

**CPC-2015:**

**Art. 236.** *Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial.*

**§ 1º** *Será expedida carta para a prática de atos fora dos limites territoriais do tribunal, da comarca, da seção ou da subseção judiciárias, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.*

**§ 2º** *O tribunal poderá expedir carta para juízo a ele vinculado, se o ato houver de se realizar fora dos limites territoriais do local de sua sede.*

**§ 3º** *Admite-se a prática de atos processuais por meio de videoconferência ou **outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.***

**CPC-2015:**

**Art. 237.** *Será expedida **carta**:*

*I - de ordem, pelo tribunal, na hipótese do § 2º do art. 236;*

*II - rogatória, para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro;*

*III - precatória, para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa;*

*IV - **arbitral, para que órgão do Poder Judiciário pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória.***

**Parágrafo único.** *Se o ato relativo a processo em curso na justiça federal ou em tribunal superior houver de ser praticado em local onde não haja vara federal, a carta poderá ser dirigida ao juízo estadual da respectiva comarca.*

**CPC-2015:**

**Art. 237.** *Será expedida carta:*

*I - de ordem, pelo tribunal, na hipótese do § 2º do art. 236;*

*II - rogatória, para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro;*

*III - precatória, para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa;*

*IV - arbitral, para que órgão do Poder Judiciário pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória.*

**Parágrafo único.** *Se o ato relativo a processo em curso na justiça federal **ou em tribunal superior** houver de ser praticado em local onde não haja vara federal, a carta poderá ser dirigida ao juízo estadual da respectiva comarca.*

**CPC-2015:**

**Art. 238.** *Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.*

**CPC-2015:**

**Art. 239.** Para a **validade do processo é indispensável a citação** do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.

**§ 1º** O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.

**§ 2º** Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de:

I - conhecimento, o réu será considerado revel;

II - execução, o feito terá seguimento.

**CPC-2015:**

**Art. 115.** A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será:  
I - **nula**, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo;

II - **ineficaz**, nos outros casos, apenas para os que não foram citados.

**Parágrafo único.** Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.

**CPC-2015:**

**Art. 239.** *Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.*

**§ 1º** *O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.*

**§ 2º** *Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de:*

*I - conhecimento, o réu será considerado revel;*

*II - execução, o feito terá seguimento.*



**CPC-2015:**

**Art. 239.** *Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.*

**§ 1º** *O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.*

**§ 2º** *Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de:*

*I - conhecimento, o réu será considerado revel;*

*II - execução, o feito terá seguimento.*

**CPC-2015:**

**Art. 239.** *Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.*

**§ 1º** *O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.*

**§ 2º** *Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de:*

*I - conhecimento, o réu será considerado revel;*

*II - execução, o feito terá seguimento.*

**CPC-2015:**

**Art. 331.** Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

**§ 1º** *Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso.*

**§ 2º** *Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334.*

**§ 3º** *Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença.*

**CPC-2015:**

**Art. 332.** *Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, **independentemente da citação do réu**, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:*

*I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;*

*II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;*

*III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;*

*IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.*

**§ 1º** *O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.*

**§ 2º** *Não interposta a apelação, **o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença**, nos termos do art. 241.*

**§ 3º** *Interposta a apelação, o juiz poderá retratar-se em 5 (cinco) dias.*

**§ 4º** *Se houver retratação, o juiz determinará o prosseguimento do processo, com a **citação do réu**, e, se não houver retratação, determinará a **citação do réu** para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.*

**CPC-2015:**

**Art. 240.** A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, *induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor*, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

(...)

**CPC-1973:**

**Art. 219.** A citação válida torna *prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.*

(...)

**CPC-2015:**

**Art. 59.** *O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.*

**CPC-2015:**

**Art. 240.** A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e *constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).*

(...)

.....

**Código Civil:**

**Art. 397.** O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.

**Parágrafo único.** Não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.

**Art. 398.** Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.



**CPC-2015:**

**Art. 312.** *Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz quanto ao réu os efeitos mencionados no art. 240 **depois que for validamente citado.***

**CPC-2015:**

**Art. 240.** A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, *induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor*, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

(...)

**CPC-2015:**

**Art. 240.** A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

**§ 1º** A interrupção da prescrição, *operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente*, retroagirá à data de propositura da ação.

**§ 2º** Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1º.

**§ 3º** A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário.

**§ 4º** O efeito retroativo a que se refere o § 1º aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei.

***Código Civil:***

***Art. 202.*** *A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:*

*I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;*

*(...)*

**CPC-2015:**

**Art. 241.** *Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento.*

**CPC-2015:**

**Art. 332.** *Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, **independentemente da citação do réu**, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:*

*I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;*

*II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;*

*III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;*

*IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.*

**§ 1º** *O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.*

**§ 2º** *Não interposta a apelação, **o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença**, nos termos do art. 241.*

**§ 3º** *Interposta a apelação, o juiz poderá retratar-se em 5 (cinco) dias.*

**§ 4º** *Se houver retratação, o juiz determinará o prosseguimento do processo, com a **citação do réu**, e, se não houver retratação, determinará a **citação do réu** para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.*

**CPC-2015:**

**Art. 331.** Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

**§ 1º** *Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso.*

**§ 2º** *Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334.*

**§ 3º** *Não interposta a apelação, o réu será **intimado** do trânsito em julgado da sentença.*

**CPC-2015:**

**Art. 242.** A *citação será pessoal*, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador do réu, do executado ou do interessado.

**§ 1º** Na ausência do citando, a citação será feita na pessoa de seu mandatário, administrador, preposto ou gerente, quando a ação se originar de atos por eles praticados.

**§ 2º** O locador que se ausentar do Brasil sem cientificar o locatário de que deixou, na localidade onde estiver situado o imóvel, procurador com poderes para receber citação será citado na pessoa do administrador do imóvel encarregado do recebimento dos aluguéis, que será considerado habilitado para representar o locador em juízo.

**§ 3º** A citação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.



**CPC-2015:**

**Art. 242.** A *citação será pessoal*, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador do réu, do executado ou do interessado.

**§ 1º** Na ausência do citando, a citação será feita na pessoa de seu mandatário, administrador, preposto ou gerente, quando a ação se originar de atos por eles praticados.

**§ 2º** O locador que se ausentar do Brasil sem cientificar o locatário de que deixou, na localidade onde estiver situado o imóvel, procurador com poderes para receber citação será citado na pessoa do administrador do imóvel encarregado do recebimento dos aluguéis, que será considerado habilitado para representar o locador em juízo.

**§ 3º** A *citação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.*

**CPC-2015:**

**Art. 246.** A citação será feita:

*I - pelo correio;*

*II - por oficial de justiça;*

*III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;*

*IV - por edital;*

*V - por meio eletrônico, conforme regulado em lei.*

**§ 1º** Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são **obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.**

**§ 2º** O disposto no § 1º aplica-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta.

**§ 3º** Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, exceto quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada.

**CPC-2015:**

**Art. 1.050.** *A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas respectivas entidades da administração indireta, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia Pública, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da entrada em vigor deste Código, deverão se cadastrar perante a administração do tribunal no qual atuem para cumprimento do disposto nos arts. 246, § 2º, e 270, parágrafo único.*

**CPC-2015:**

**Art. 244.** *Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito:*

*I - de quem estiver **participando** de ato de culto religioso;*

*II - de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes;*

*III - de noivos, nos 3 (três) primeiros dias seguintes ao casamento;*

*IV - de doente, enquanto grave o seu estado.*

**CPC-2015:**

**Art. 245.** *Não se fará citação quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la.*

**§ 1º** *O oficial de justiça descreverá e certificará minuciosamente a ocorrência.*

**§ 2º** *Para examinar o citando, o juiz nomeará médico, que apresentará laudo no prazo de 5 (cinco) dias.*

**§ 3º** *Dispensa-se a nomeação de que trata o § 2º se pessoa da família apresentar declaração do médico do citando que ateste a incapacidade deste.*

**§ 4º** *Reconhecida a impossibilidade, o juiz nomeará curador ao citando, observando, quanto à sua escolha, a preferência estabelecida em lei e restringindo a nomeação à causa.*

**§ 5º** *A citação será feita na pessoa do curador, a quem incumbirá a defesa dos interesses do citando.*

***CPC-2015:***

***Art. 246. A citação será feita:***

*I - pelo correio;*

*II - por oficial de justiça;*

*III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;*

*IV - por edital;*

*V - por meio eletrônico, conforme regulado em lei.*

*(...)*

**CPC-2015:**

**Art. 246.** *A citação será feita:*

*I - pelo correio;*

*II - por oficial de justiça;*

*III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;*

*IV - por edital;*

*V - por meio eletrônico, conforme regulado em lei.*

**§ 1º** *Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.*

**§ 2º** *O disposto no § 1º aplica-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta.*

**§ 3º** *Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, exceto quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada.*

**CPC-2015:**

**Art. 1.050.** *A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas respectivas entidades da administração indireta, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia Pública, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da entrada em vigor deste Código, deverão se cadastrar perante a administração do tribunal no qual atuem para cumprimento do disposto nos arts. 246, § 2º, e 270, parágrafo único.*



**CPC-2015:**

**Art. 1.051.** *As empresas públicas e privadas devem cumprir o disposto no art. 246, § 1o, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de inscrição do ato constitutivo da pessoa jurídica, perante o juízo onde tenham sede ou filial.*

**Parágrafo único.** *O disposto no caput não se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte.*

**CPC-2015:**

**Art. 247.** *A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, exceto:*

*I - nas ações de estado, observado o disposto no art. 695, § 3º;*

*II - quando o citando for incapaz;*

*III - quando o citando for pessoa de direito público;*

*IV - quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;*

*V - quando o autor, justificadamente, a requerer de outra forma.*

**CPC-2015:**

**Art. 247.** *A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, exceto:*

*(...)*

*V - quando o autor, **justificadamente**, a requerer de outra forma.*

**CPC-2015:**

**Art. 806.** *O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, em 15 (quinze) dias, satisfazer a obrigação.*

(...)

**§ 2º** *Do mandado de citação constará ordem para imissão na posse ou busca e apreensão, conforme se tratar de bem imóvel ou móvel, cujo cumprimento se dará de imediato, se o executado não satisfizer a obrigação no prazo que lhe foi designado.*

.....

**Art. 829.** *O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 3 (três) dias, contado da citação.*

**§ 1º** *Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.*

(...)

**CPC-2015:**

**Art. 695.** *Recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação, observado o disposto no art. 694.*

**§ 1º** *O mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.*

**§ 2º** *A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência.*

**§ 3º** *A citação será feita na pessoa do réu.*

**CPC-2015:**

**Art. 248.** *Deferida a citação pelo correio, o escrivão ou o chefe de secretaria remeterá ao citando cópias da petição inicial e do despacho do juiz e comunicará o prazo para resposta, o endereço do juízo e o respectivo cartório.*

**§ 1º** *A carta será registrada para entrega ao citando, exigindo-lhe o carteiro, ao fazer a entrega, que assine o recibo.*

**§ 2º** *Sendo o citando pessoa jurídica, será válida a entrega do mandado a pessoa com poderes de gerência geral ou de administração **ou, ainda, a funcionário responsável pelo recebimento de correspondências.***

**§ 3º** *Da carta de citação no processo de conhecimento constarão os requisitos do art. 250.*

**§ 4º** *Nos condomínios edifícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.*

**CPC-2015:**

**Art. 249.** A citação será feita por meio de oficial de justiça *nas hipóteses previstas neste Código ou em lei, ou quando frustrada a citação pelo correio.*

**CPC-2015:**

**Art. 250.** *O mandado que o oficial de justiça tiver de cumprir conterá:*

- I - os nomes do autor e do citando e seus respectivos domicílios ou residências;*
- II - a finalidade da citação, com todas as especificações constantes da petição inicial, bem como a menção do prazo para contestar, sob pena de revelia, ou para embargar a execução;*
- III - a aplicação de sanção para o caso de descumprimento da ordem, se houver;*
- IV - se for o caso, a intimação do citando para comparecer, acompanhado de advogado ou de defensor público, à audiência de conciliação ou de mediação, com a menção do dia, da hora e do lugar do comparecimento;*
- V - a cópia da petição inicial, do despacho ou da decisão que deferir tutela provisória;*
- VI - a assinatura do escrivão ou do chefe de secretaria e a declaração de que o subscreve por ordem do juiz.*



**CPC-2015:**

**Art. 248.** Deferida a citação pelo correio, o escrivão ou o chefe de secretaria remeterá ao citando cópias da petição inicial e do despacho do juiz e comunicará o prazo para resposta, o endereço do juízo e o respectivo cartório.

**§ 1º** A carta será registrada para entrega ao citando, exigindo-lhe o carteiro, ao fazer a entrega, que assine o recibo.

**§ 2º** Sendo o citando pessoa jurídica, será válida a entrega do mandado a pessoa com poderes de gerência geral ou de administração ou, ainda, a funcionário responsável pelo recebimento de correspondências.

**§ 3º** Da carta de citação no processo de conhecimento constarão os requisitos do art. 250.

**§ 4º** Nos condomínios edifícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.

**CPC-2015:**

**Art. 252.** Quando, por **2 (duas) vezes**, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

**Parágrafo único.** Nos condomínios edifícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a intimação a que se refere o caput feita a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.

**CPC-2015:**

**Art. 252.** Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no **dia útil imediato**, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

**Parágrafo único.** Nos condomínios edifícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a intimação a que se refere o caput feita a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.

### **CPC-2015:**

**Art. 252.** *Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.*

**Parágrafo único.** *Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a intimação a que se refere o caput feita a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.*

**CPC-2015:**

**Art. 253.** *No dia e na hora designados, o oficial de justiça, independentemente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência.*

**§ 1º** *Se o citando não estiver presente, o oficial de justiça procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o citando se tenha ocultado em outra comarca, seção ou subseção judiciárias.*

**§ 2º** *A citação com hora certa será efetivada mesmo que a pessoa da família ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente, ou se, embora presente, a pessoa da família ou o vizinho se recusar a receber o mandado.*

**§ 3º** *Da certidão da ocorrência, o oficial de justiça deixará contrafé com qualquer pessoa da família ou vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.*

**§ 4º** *O oficial de justiça fará constar do mandado a advertência de que será nomeado curador especial se houver revelia.*

**CPC-2015:**

**Art. 253.** *No dia e na hora designados, o oficial de justiça, independentemente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência.*

**§ 1º** *Se o citando não estiver presente, o oficial de justiça procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o citando se tenha ocultado em outra comarca, seção ou subseção judiciárias.*

**§ 2º** *A citação com hora certa será efetivada mesmo que a pessoa da família ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente, ou se, embora presente, a pessoa da família ou o vizinho se recusar a receber o mandado.*

**§ 3º** *Da certidão da ocorrência, o oficial de justiça deixará contrafé com qualquer pessoa da família ou vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.*

**§ 4º** *O oficial de justiça fará constar do mandado a advertência de que será nomeado curador especial se houver revelia.*

**CPC-2015:**

**Art. 254.** Feita a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, *no prazo de 10 (dez) dias*, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.

**CPC-2015:**

**Art. 255.** *Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar, em qualquer delas, citações, intimações, notificações, penhoras e quaisquer outros atos executivos.*



**CPC-2015:**

**Art. 256.** *A citação por edital será feita:*

*I - quando desconhecido ou incerto o citando;*

*II - quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando;*

*III - nos casos expressos em lei.*

**§ 1º** *Considera-se inacessível, para efeito de citação por edital, o país que recusar o cumprimento de carta rogatória.*

**§ 2º** *No caso de ser inacessível o lugar em que se encontrar o réu, a notícia de sua citação será divulgada também pelo rádio, se na comarca houver emissora de radiodifusão.*

**§ 3º** *O réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos.*

**CPC-2015:**

**Art. 257.** São requisitos da citação por edital:

*I - a afirmação do autor ou a certidão do oficial informando a presença das circunstâncias autorizadoras;*

*II - a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos;*

*III - a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, fluindo da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira;*

*IV - a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia.*

**Parágrafo único.** O juiz poderá determinar que a publicação do edital seja feita também em jornal local de ampla circulação ou por outros meios, considerando as peculiaridades da comarca, da seção ou da subseção judiciárias.

**CPC-2015:**

**Art. 257.** *São requisitos da citação por edital:*

*I - a afirmação do autor ou a certidão do oficial informando a presença das circunstâncias autorizadoras;*

*II - a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos;*

*III - a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, fluindo da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira;*

*IV - a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia.*

**Parágrafo único.** *O juiz poderá determinar que a publicação do edital seja feita também em jornal local de ampla circulação ou por outros meios, considerando as peculiaridades da comarca, da seção ou da subseção judiciárias.*

**CPC-2015:**

**Art. 257.** *São requisitos da citação por edital:*

*I - a afirmação do autor ou a certidão do oficial informando a presença das circunstâncias autorizadoras;*

*II - a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos;*

*III - a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, fluindo da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira;*

*IV - a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia.*

**Parágrafo único.** *O juiz poderá determinar que a publicação do edital seja feita também em jornal local de ampla circulação ou por outros meios, considerando as peculiaridades da comarca, da seção ou da subseção judiciárias.*

**CPC-2015:**

**Art. 258.** *A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadoras para sua realização, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo.*

**Parágrafo único.** *A multa reverterá em benefício do citando.*

**CPC-2015:**

**Art. 259.** *Serão publicados editais:*

*I - na ação de usucapião de imóvel;*

*II - na ação de recuperação ou substituição de título ao portador;*

*III - em qualquer ação em que seja necessária, por determinação legal, a provocação, para participação no processo, de interessados incertos ou desconhecidos.*